

X Congresso da SPCE

Título: A questão da disciplina nas reformas liceais portuguesas entre 1836 e 1863

Autor: José Carlos de Oliveira Casulo

Instituição: Universidade do Minho (IE/CIEd)

Subtemática : Educação escolar e não escolar

Introdução

Nesta comunicação pretende-se dar notícia histórica do modo como foi tratada a questão da disciplina no texto legal da reforma dos estudos que funda os liceus em Portugal, em 1836, e nos das três -também referentes aos estabelecimentos liceais- que se lhe seguiram até 1863, inclusive.

Assim, naquilo que é pertinente para este objectivo, analisam-se as reformas Passos Manuel (1836), Duque da Terceira/Costa Cabral (1844), Fontes Pereira de Mello (1860) e Anselmo Braamcamp (1863), respectivamente, 1) o Plano dos Liceus Nacionais (Decreto de 17 de Novembro de 1836, publicado no Diário do Governo nº 275, de 19 de Novembro de 1836), 2) o Decreto de 20 de Setembro de 1844 sobre a Instrução Pública, publicado no Diário do Governo nº 220, de 28 de Setembro de 1844, 3) o Regulamento para os Liceus Nacionais de 1860 (Decreto de 10 de Abril de 1860, publicado no Diário de Lisboa nº 133, de 12 de Junho de 1860) e 4) o também Regulamento para os Liceus Nacionais de 1863 (Decreto de 9 de Setembro de 1863, publicado no Diário de Lisboa nº 204, de 12 de Setembro de 1863).

1. Reforma de 1836

A reforma Passos Manuel, de 1836¹, estruturada em setenta artigos, foi dirigida simultaneamente aos ensinos primário e secundário, debruçando-se especificamente sobre este último os artigos 38º a 70º, dos quais interessam ao nosso estudo o 53º, o 58º, o 63º e o 66º.

Não se referindo directamente à disciplina, o artigo 53º remetia, contudo, para os artigos 24º e 25º da reforma, atinentes ao ensino primário, mandando aplicar aos liceus o que neles era exposto. Ora, o artigo 25º previa a criação,

¹ Cfr. Decreto de 17 de Novembro de 1836, publicado no Diário do Governo nº 275, de 19 de Novembro de 1836.

pela “...Autoridade competente...”², de orientações regulamentares que, entre outros assuntos, tratassem dos “...castigos [...] e policia das Escólas...”³.

Adiante, no artigo 58º, estipulavam-se três normas para o regime de faltas: seis faltas injustificadas implicariam que o aluno fosse preterido nos exames; vinte faltas injustificadas acarretariam consigo a reprovação do faltoso; sessenta faltas justificadas também dariam origem a reprovação.

O artigo 63º mandava criar um Conselho do Liceu, dependente da Direcção Geral dos Estudos, para tratar dos aspectos formais e científicos da vida de cada escola, conferindo o artigo 64º a este Conselho seis grandes atribuições, a quarta das quais seria “A confecção dos Regulamentos especiaes, necessarios para a boa ordem, disciplina, e economia do Lyceo....”⁴.

Destaque-se nesta reforma, finalmente, o artigo 66º que, ao definir as atribuições do Reitor, lhe cometia, entre outras tarefas, a de dar “...execução ás Leis, aos Regulamentos, e ás deliberações do Conselho...”⁵, de onde se depreende que também às leis, regulamentos e deliberações de natureza disciplinar que viessem a ser elaboradas pelo Conselho de cada liceu.

2. Reforma de 1844

A reforma Costa Cabral abrangeu os ensinos primário, secundário e superior. Da instrução secundária pública trataram, dividindo-se por três capítulos, os artigos 46º a 82º. Os artigos 70º, 80º e 81º, todos inseridos no Capítulo III (Disciplina e frequência das Escólas), são aqueles que aqui analisaremos.

O art. 70º corroborava, sem a mínima proposta de alteração, tudo quanto, em matéria de faltas, era preceituado pelo artigo 58º da Reforma Passos Manuel:

“Nenhum alumno será admittido a exames, se tiver dado sessenta faltas com causa justificada, ou vinte sem ella; bastando seis destas ultimas faltas para ser preterido ao seu

² Ibidem, art. 24º. Nas citações a fazer ao longo da comunicação manteremos a grafia, a pontuação e a acentuação do texto original.

³ Ib..

⁴ Ib., art. 64º.

⁵ Ib., art. 64º.

exame por aquelle, que não estiver em peiores ou iguaes circunstancias.”⁶.

De igual modo, o artigo 80º mantinha em vigor as disposições constantes da reforma de 1836 quanto às atribuições, em questões disciplinares, do Conselho do Liceu e do Reitor.

Porém, o artigo 81º mandava que aos estudantes liceais fosse aplicado o exarado no artigo 30º (pertencente à parte da reforma sobre o ensino primário), a saber, que os alunos incorrigíveis, que por esta sua condição necessariamente se tornavam maus exemplos para os colegas, fossem pura e simplesmente expulsos das escolas, cabendo a responsabilidade da execução deste castigo aos Conselhos dos Liceus ou mesmo à autoridade pública, o Administrador do Concelho, “...quanto ás Escólas fora dos Lyceos, de accôrdo com os respectivos Reitores...”⁷.

3. Reforma de 1860

A reforma de 1860, da responsabilidade de Fontes Pereira de Mello, dedicou mais atenção às questões disciplinares do que as duas anteriores. Nalguns casos de forma mais concentrada num ou noutro capítulo, mas, de toda a maneira, um pouco ao longo dos diferentes capítulos das duas secções que constituem este documento legal exclusivamente dedicado ao ensino secundário, deparámo-nos, em quase duas dezenas de artigos, com disposições de tipo disciplinar. Analisemo-los, então, a partir do seu enquadramento nas respectivas secções e capítulos.

3.1. Secção I (Do Ensino nos Liceus)

3.1.1. Capítulo III (Da Frequência e Disciplina Escolar)

Neste capítulo, que engloba os artigos 17º a 25º, são pertinentes para esta comunicação sobretudo os seis últimos – 20º a 25º, portanto.

Os artigos 20º, 22º e 23º dizem respeito, directamente à assiduidade. Assim, o artigo 20º responsabilizava o porteiro de cada liceu pela marcação de faltas “Logo depois da entrada nas aulas...”⁸. A justificação das faltas seria feita pelo

⁶ Cfr. Artigo 70º do Decreto sobre a Instrução Pública, de 20 de Setembro de 1844, publicado no Diário do Governo nº 220, de 28 de Setembro de 1844.

⁷ Ibidem, artigo 80º.

⁸ Cfr. Artigo 20º do Regulamento para os Lyceos Nacionaes, publicado no Diário de Lisboa nº 133, de 12 de Junho de 1860

modo estipulado no artigo 22º: o aluno, logo no primeiro dia em que regressasse aos trabalhos lectivos, entregaria um documento esclarecedor das razões das faltas na secretaria do liceu, que dele deveria dar conhecimento aos professores interessados, documento esse que teria que ser acompanhado de uma declaração assinada "...pelo pae, tutor ou encarregado de educação do alumno, de que este faltou com autorização sua..."⁹. A seguir, o artigo 23º avançava no pormenor de incumbir o reitor de, quando isso sucedesse, dar notícia ao encarregado de educação do facto do seu educando ter faltado mais de três dias consecutivos, bem como de ter incorrido, pelos actos de indisciplina praticados assinalados no artigo 21º, nas penalidades previstas no mesmo artigo.

Na realidade, o artigo 21º é historicamente notável, pois nele pela primeira vez se assinalam os deveres gerais dos alunos durante as aulas e as sanções aplicáveis aos infractores desses deveres. O texto de entrada do artigo apresenta, do seguinte modo, os referidos deveres gerais:

"Art. 21º Os alumnos são obrigados a assistir a todas as lições e a executar todos os trabalhos que lhes forem distribuidos pelos profesores. Nenhum alumno se póde pois escusar de dar lição ou recusar-se a cumprir outro qualquer dever, nem ausentar-se das aulas sem motivo justificado e sem auctorisação dos professores"¹⁰.

Os dois parágrafos deste artigo 21º definem as sanções a aplicar aos prevaricadores:

"§ 1º Aos alumnos que recusarem dar lição, responder ás perguntas que lhes forem feitas nas repetições, executar um thema ou cumprir outro qualquer trabalho escolar, e aos que saírem da aula sem licença, mandará o professor marcar falta."

'§ 2º Quando um alumno, pela sua pouca applicação e irregular comportamento, merecer castigo mais severo, poder-lhe-a ser imposta alguma das penas disciplinares.'¹¹.

Menção, ainda, para os dois últimos artigos –24º e 25º- deste capítulo III da reforma Fontes Pereira de Mello. Neles, concretamente no artigo 25º, os alunos eram impedidos de abandonar sem justificação o estabelecimento escolar

⁹ Ibidem, artigo 22º.

¹⁰ Ib., artigo 21º.

¹¹ Ibidem

durante as horas de aulas, só o podendo fazer justificadamente mediante comunicação ao porteiro dos motivos da necessidade da saída. Eram também obrigados, e estamos já no artigo 24º, a um comportamento ordeiro dentro e nas proximidades do liceu, para isto devendo contribuir com a sua vigilância o porteiro, o guarda ou qualquer outro funcionário liceal, os quais deveriam tomar nota das infracções e comunicá-las superiormente, a fim de que o reitor delas viesse a tomar conhecimento.

3.1.2. Capítulo IV (Das aulas)

Se bem que nem sempre abordem exclusiva e directamente questões disciplinares, quatro dos artigos do capítulo IV (Das aulas) devem ser agora referidos, pois evidenciam a preocupação do legislador com a vigilância – preventiva e activa- sobre o comportamento e as faltas dos alunos.

Assim é que, no artigo 27º, seja ordenado que “Os logares dos alumnos nas aulas serão dispostos de modo que todos possam igualmente receber as lições dos professores e serem por estes vigiados...”¹². Assim é, também, que o artigo imediatamente seguinte, o 28º, crie, nas aulas, três lugares de distinção a serem ocupados, em cada semana, pelos três alunos mais distintos, naquelas aulas, da semana precedente.

Os artigos 32º e 33º determinavam as faltas a marcar aos alunos que não comparecessem à aula semanal de repetição (revisão, diríamos hoje), obrigatória para todas as disciplinas com quatro ou mais dias de aula por semana –duas faltas sem justificação (artigo 32º)- e ao exame mensal obrigatório para todas as disciplinas –três faltas passíveis de serem justificadas e sujeição a novo exame na semana subsequente (artigo 33º).

3.1.3. Capítulo V (Do encerramento das aulas e da habilitação para exame)

Tratava o capítulo V ainda das faltas, agora quanto ao que elas poderiam interferir na admissão de um estudante a exame.

No tocante aos alunos ordinários mandava o artigo 36º, no seu primeiro parágrafo, que só se pudessem apresentar a exame os que tivessem “... um numero de faltas justificadas inferior á quinta parte do numero legal dos dias de

¹² Ib., artigo 27º

aula ou o numero de faltas não justificadas inferior á decima parte do mesmo numero...”¹³.

O artigo 38º, também no seu parágrafo inicial, ordenava a aplicação do mesmo critério aos alunos voluntários.

3.1.4. Capítulo IX (Das penas)

Nos seus dois artigos –os 72º e 73º, aquele bem mais extenso e importante do que este-, o capítulo IX da secção I é de assinalável interesse histórico, pois nele pela primeira vez se indicam as penas disciplinares para os alunos, hierarquizando-as e descrevendo os parâmetros enquadramentos da sua utilização.

No artigo 72º, ordenadas da base para o topo de acordo com o critério de gravidade do acto praticado e correspondente castigo, apontavam-se quatro penas, duas de repreensão e duas de expulsão.

A mais leve era a repreensão dada na aula pelos professores, aplicável “... aos alumnos que se mostrarem negligentes em cumprir os seus deveres litterarios ou por pequenas irregularidades disciplinares...”¹⁴. Seguia-se-lhe a pena de repreensão dada pelo reitor e lida em todas as aulas, a empregar sempre que um aluno “... mostrar falta de applicação n’um ou mais cursos ou infringir alguma regra importante da disciplina dos lyceus...”¹⁵.

As duas penas mais graves eram, ambas, de expulsão. Expulsão de um até três anos, medida a “... ser infligida pelos conselhos dos lyceus aos alumnos que faltarem frequentemente aos seus deveres escolares, sendo assim pernicioso exemplo de relaxação para os outros alumnos; e aos que offenderem de um modo grave a moral ou a disciplina...”¹⁶. Expulsão perpétua para os “... alumnos provadamente incorrigiveis, que praticarem actos por tal modo offensivos da moral ou da disciplina que se julgue indispensavel afasta-los para sempre dos estabelecimentos publicos de instrução...”¹⁷. Porém, esta pena, a maior, não poderia ser aplicada pelas instâncias de cada liceu tão autonomamente quanto as outras. Era exigido que a medida fosse proposta pelo Conselho do Liceu, sim, mas, para ter eficácia, era necessária a sua

¹³ Ib., artigo 36º, § 1º.

¹⁴ Ib., artigo 72º, § 1º.

¹⁵ Ib., § 2º.

¹⁶ Ib., § 3º.

¹⁷ Ib., § 4º.

confirmação pelo governo, depois de ouvido o Conselho Geral da Instrução Pública.

O artigo 73º afirmava a extensibilidade, a toda a rede liceal, da expulsão perpétua, responsabilizando o governo pela garantia de tal imposição através da comunicação de uma tal decisão a todos os liceus portugueses.

3.2. Secção II (Da Administração e dos Funcionários dos Liceus)

3.2.1. Capítulo I (Do Conselho)

O primeiro capítulo da segunda secção do Regulamento para os Liceus Nacionais de 1860, complementava, quanto aos aspectos disciplinares, algumas das possibilidades de acção elencadas na primeira secção, mormente através da instituição das competências disciplinares dos conselhos liceais.

Competência, exarada no artigo 87º, desde logo no concernente à constatação das faltas dos alunos e respectivas justificações e das informações sobre o comportamento daqueles que lhes viessem a ser presentes. Competência, ainda, para, em função de tudo quanto tivesse sido constatado ao abrigo do referido artigo 87º, elaborar a lista dos alunos habilitados a comparecer a exame.

Competência, por fim, plasmada no artigo 88º, para elaborar o regulamento interno de disciplina e para “Aplicar a pena de *expulsão temporaria*, e propor a de *expulsão perpetua*.”¹⁸.

3.2.2. Capítulo III (Dos Professores)

Abordando, em cinco artigos (91º a 95º), vários assuntos relativos aos docentes, este capítulo reservava ao artigo 92º a determinação de sete deveres dos professores, o quinto dos quais consistia em que, cada mês, fosse dada conta ao reitor do comportamento e aproveitamento dos alunos “...pela forma que for determinada em regulamento especial...”¹⁹

3.2.3. Capítulo V (Do Porteiro e do Contínuo)

Também com este capítulo sucedia o que atrás se afirmou sobre o capítulo I desta secção: ele complementava aspectos já referidos na secção I. Com efeito, as últimas asserções em matéria disciplinar da legislação ora em análise,

¹⁸ Ib., artigo 88º.

¹⁹ Ib., artigo 92º.

respeitavam ao que, nestes assuntos, era do foro de acção do porteiro, auxiliado, quando o houvesse, pelo contínuo. A estes funcionários competia, de acordo com o artigo 101º, “A policia dos lyceus fora das aulas...”²⁰.

Este policiamento, mandava o artigo seguinte, o 102º, consistiria em tomar nota das faltas dos alunos, comunicá-las, no fim de cada mês, a cada professor e ao Conselho do Liceu e “... vigiar continuamente fora do recinto das aulas se os alumnos e visitantes observam o regulamento policial e prender ou expulsar os infractores...”²¹.

4. Reforma de 1863

Assinada por Anselmo Braamcamp, outra reforma liceal veio a lume em 1863. Como rezava o decreto que aprovava este novo Regulamento para os Liceus Nacionais, o motivo da sua elaboração era o resultado de uma inspecção entretanto realizada que apontava para a conveniência de “... modificar e alterar algumas das disposições de decreto de 10 de abril de 1860...”²².

Com uma excepção²³, as modificações introduzidas pouca novidade trouxeram no respeitante às questões disciplinares. Na verdade, pode-se mesmo dizer que, nestas questões, o articulado da reforma de 1863 é semelhante ao da reforma de 1860, quando não dela, por vezes, praticamente decalcado.

Assim sendo, limitar-nos-emos a assinalar a correspondência entre os articulados de teor disciplinar das duas reformas.

4.1. Secção I (Do Ensino nos Liceus)

O título da secção I da reforma de 1863 é exactamente igual ao da secção I da reforma de 1860, o mesmo acontecendo com a ordenação e títulos dos capítulos cujo conteúdo nos interessa. Contudo, se é verdade que, no seu teor, os artigos das duas reformas se equivalem, a sua numeração difere, pelo que se deve estabelecer entre eles a equivalência que a seguir se apresenta.

²⁰ Ib., artigo 101º.

²¹ Ib., artigo 102º.

²² Cfr. Regulamento para os Lyceos Nacionaes, publicado no Diário do Governo nº 204, de 12 de Setembro de 1863.

²³ Como adiante se verá, trata-se do artigo 21º, do capítulo III da secção I.

No Capítulo III (Da Frequência e Disciplina Escolar), correspondem aos artigos 17º, 18º, 19º, 20º, 22º, e 23º do texto legal de 1863, respectivamente os 20º a 25º artigos do de 1860. Como atrás se referiu, é neste capítulo que se encontra a única novidade digna de registo na reforma de 1863 e que consistia na introdução de um novo artigo -aqui o 21º-, no qual se mandava que, vez verificada pelo Conselho do Liceu a reprovação de um aluno por faltas, em qualquer momento do ano lectivo, de imediato se somassem as seguintes medidas: registo da ocorrência, pelo professor secretário, no livro de matrícula; afixação do sucedido, em edital, na porta da sala de aulas do aluno reprovado e afastamento deste das actividades lectivas; comunicação do facto, pelo reitor, ao encarregado de educação.

Os artigos 25º, 29º e 30º (§ 5º e 6º) do quarto capítulo (Das Aulas) substituem os artigos 27º, 32º e 33º (§ 2º e 3º) do Regulamento de 1860. No quinto capítulo (Do Encerramento das Aulas e da Habilitação para os Exames), um único artigo em 1863 congrega em si os anteriores 36º (§1º) e 38º (texto de entrada e nº 1). No nono capítulo (Das Penas) são, em 1863, os artigos 67º e 68º que tomam a vez dos 72º e 73º do Regulamento de 1860.

4.2. Secção II (Da Administração e dos Funcionários dos Liceus)

Ao primeiro capítulo (Dos Conselhos) da segunda secção da reforma Braamcamp corresponde o também inicial capítulo –que deste difere apenas por ter o título redigido no singular- da reforma Fontes Pereira de Mello, sendo os artigos 87º e 88º (nº 3 e 4) desta equivalentes aos 82º e 83º (nº II e III) daquela.

No Capítulo III, idêntico na ordenação e no título (Da Frequência e Disciplina Escolar) em ambas as reformas, o artigo 92º (nº 5) de 1860 cedeu lugar, em 1863, ao artigo 88º (nº V).

Quanto ao quinto capítulo, agora apenas denominado “Do Porteiro”, a correspondência a estabelecer é entre os artigos 96º e 97º (nº V, VI e VIII) de 1860 e os artigos 101º e 102º (nº 5, 6 e 8) de 1863.

Conclusão

Conclusivamente, oferece-se-nos começar por referir a evolução da consideração dos assuntos do foro disciplinar nas quatro reformas estudadas,

assinalando, desde já, que a reforma de 1836 dedicou quatro artigos ao tratamento de assuntos deste jaez, sendo verdade que um deles remetia para a reforma do ensino primário anteriormente exposta no mesmo documento legal. Mais ainda, esta reforma demonstrou preocupação com o regime de faltas, com a instituição de órgãos como o Conselho do Liceu e o Reitor, ambos com responsabilidades disciplinares específicas, assim como com a necessidade de redacção de um regulamento disciplinar escolar e levar a efeito por cada estabelecimento individualmente.

A reforma Duque da Terceira/Costa Cabral (1844) torna a evidenciar a preocupação governamental para com o regime de faltas dos alunos do ensino secundário e a conferir ao Reitor e ao Conselho do Liceu as mesmas competências que lhes eram outorgadas em 1836, acrescentando a este último, contudo, *pari passu* com o Administrador do concelho onde tal fosse necessário, a responsabilidade de expulsão dos alunos incorrigíveis.

O texto legal de 1860 é, relativamente aos dois antecedentes, mais elaborado quanto às matérias disciplinares: dá maior atenção ao regime de faltas, já quanto à sua marcação (que passa a ser tarefa de um funcionário –o porteiro), já quanto à sua justificação, já quanto à sua comunicação aos encarregados de educação; revela preocupação em manter os alunos dentro do estabelecimento liceal durante o horário lectivo e em distinguir os de melhor comportamento; estabelece os deveres gerais dos alunos e as sanções a aplicar aos infractores, fixando e hierarquizando, para os casos mais graves, as diferentes penalidades a atribuir; distribui responsabilidades disciplinares próprias pelos funcionários, professores e órgãos de gestão liceal (Conselho do Liceu, Secretário e Reitor).

Exceptuando o artigo 21º, que supria uma lacuna da reforma de 1860, a saber, a das medidas a tomar imediatamente após a verificação da reprovação por faltas de um aluno, a reforma Anselmo Braancamp (1863) quase nada de novo aportou ao articulado da reforma de 1860.

Postas estas conclusões, outras se lhes podem acrescentar, quais sejam as de que se verifica nos principais textos legais nacionais sobre o ensino liceal publicados entre 1836 e 1863 uma atenção para com assuntos disciplinares e de que esta atenção foi menor nas reformas de 1836 e 1844 do que nas de 1860 e 1863.

Com efeito, a reforma de Fontes Pereira de Mello representou um salto qualitativo, se bem que algo centralizador, na evolução da legislação portuguesa sobre a disciplina nos liceus. A reforma de 1863, por sua vez, consolidou e comprovou o caminho traçado desde a fundação dos liceus até à reforma de 1860.

Nota-se, então, na sucessão destas quatro reformas –1836, 1844, 1860, 1863- uma evolução diferenciada no tratamento legal dos assuntos disciplinares: menor de 1836 para 1844, substancialmente maior de 1844 para 1860, praticamente idêntico desta data para 1863.

Bibliografia

1. Fontes

- .- Plano dos Liceus Nacionais, aprovado pelo Decreto de 17 de Novembro de 1836, publicado no Diário do Governo nº 275, de 19 de Novembro de 1836.
- .- Decreto de 20 de Setembro de 1844 sobre a Instrução Pública, publicado no Diário do Governo nº 220, de 28 de Setembro de 1844.
- .- Regulamento para os Liceus Nacionais de 1860 , aprovado pelo Decreto de 10 de Abril de 1860, publicado no Diário de Lisboa nº 133, de 12 de Junho de 1860.
- .- Regulamento para os Liceus Nacionais de 1863, aprovado pelo Decreto de 9 de Setembro de 1863, publicado no Diário do Governo nº 204, de 12 de Setembro de 1863.

2. Estudos subsidiários

- .- Carvalho, Rómulo de, *História do ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986.
- .- Casulo, José Carlos, *O estatuto da disciplina filosófica dos liceus portugueses no período monárquico-constitucional*, Universidade do Minho, Braga, 1987.
- .- Rocha, Filipe, *Fins e objectivos do sistema escolar português (1. período de 1820 a 1926)*, Paisagem Editora, Porto, 1984.
- .- Valente, Vasco Pulido, *O estado liberal e o ensino: os liceus portugueses (1834-1930)*, Cadernos Gis, Lisboa, 1973.

